



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2025.

1) A COMPANHIA

A Araraquara é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A outorga de concessão do segmento de transmissão no Brasil é originada por meio de leilões públicos promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Como resultado deste leilão a concessionária terá direito ao recebimento de uma Receita Anual Permitida (RAP) que tem início após o término da construção e perdura até o final do período de concessão (30 anos). O setor está inserido em um marco regulatório estruturado e consolidado, que assegura às concessionárias mecanismos de reajustes e revisões periódicas da RAP, conduzidos pela própria ANEEL, garantindo previsibilidade e estabilidade de receitas. O segmento de transmissão apresenta baixo risco e eventuais incertezas no setor elétrico brasileiro, como condições macroeconômicas ou ajustes regulatórios, não afetam de forma relevante a previsibilidade da geração de caixa do segmento de transmissão, considerando suas características contratuais e regulatórias.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	45,19
Tensão em kV:	440/500
Subestações próprias:	1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.481 publicada em 15 de julho de 2025, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2025/2026, com acréscimo na RAP de R\$ 2.028.514, vide **nota explicativa 1.2**. Em 9 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, a ANEEL homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 7,36%, relativos às receitas RBL, RPEC e RICG e de 24,30%, relativos às receitas de RBN, RCDM, RMEL e RICEGNI. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2025 e 2024 são:

	2025	2024
• Liquidez geral	7,22	11,07
• Liquidez corrente	3,01	7,45
• Relação patrimônio líquido/ativo	86,15%	90,97%
• Relação passivo não circulante/ativo	6,29%	6,76%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	5,62%	5,05%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	6,43%	5,07%
Ativos totais - R\$	445.498.352	316.007.290
Lucro líquido do exercício - R\$	21.554.791	14.505.018

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, a Companhia vem implementando melhorias contínuas e segue evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estão sendo integrados, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais

significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. Atualmente é composto por quatro (4) membros, nomeados pelos acionistas para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial do Grupo SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da Companhia e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Diretoria Executiva:** A Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) é o principal órgão de gestão executiva da Companhia. Atualmente é composto por sete (7) membros, nomeados pelo BoD para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O BoE também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades está a definição do planejamento estratégico da Companhia, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Na Companhia, o Conselho Fiscal (CF) é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado mediante solicitação da acionista, na forma prevista na legislação aplicável.

5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e o Grupo SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Risks") e seus respectivos projetos, além de desenvolver o ambiente de controles internos dos riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam suas decisões e o relacionamento com stakeholders. O Grupo SGBH atua de forma a assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um

guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com avaliação de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem no Grupo SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As comunicações recebidas são analisadas e tratadas conforme procedimentos internos, sob a coordenação da área de Compliance e Privacidade, sendo os resultados das apurações submetidos à apreciação do Comitê de Compliance & Ética, responsável por deliberar sobre as conclusões e recomendar as medidas cabíveis, quando aplicável. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos fazem parte do processo de admissão de novos funcionários e, foi lançado um curso de Reciclagem em Compliance, de realização anual, com o objetivo de reforçar periodicamente os conteúdos, atualizar diretrizes e fortalecer a cultura de integridade na Companhia. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2025, não foram identificados casos de corrupção relacionados ao Grupo SGBH, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2025, o Grupo SGBH investiu em iniciativas de educação ambiental e comunicação com comunidades, além do monitoramento de áreas ambientalmente relevantes. Nossas ações são orientadas pelos órgãos ambientais competentes do licenciamento ambiental de cada projeto, com o objetivo de evitar, mitigar e compensar possíveis efeitos negativos sobre o meio ambiente e as populações locais, bem como potencializar os efeitos positivos. As condicionantes incluem o monitoramento ambiental dos ativos, monitoramento de fauna e flora, ocorrência de processos erosivos e ações de conscientização, além do reflorestamento e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a Companhia teve como auditor Independente exclusivo a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil"). O primeiro contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil") foi assinado em 05 de dezembro de 2025 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria 2026 sendo a renovação avaliada ao fim deste ciclo. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa Auditor Independente	2025
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY Brasil")	26.819
Total	26.819

A Companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.183.804	20.171.561	Fornecedores - terceiros	11	28.766.358	3.008.822
Títulos e valores mobiliários	7	20.011.219	-	Fornecedores - partes relacionadas	22.2	560.840	247.744
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	8	3.658.230	3.903.910	Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.276.267	2.309.798
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	1.967.216	1.853.717	Imposto de renda e contribuição social a pagar		660.967	506.320
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		468.311	468.311	Outros impostos a pagar		664.428	470.344
Outros impostos a recuperar		7.060	18.741	Taxas regulamentares		509.072	506.914
Almoxarifado	9	3.829.847	3.471.591	Dividendos propostos	16.d/22.2	204.771	137.798
Ativos de contrato	10	39.813.623	23.201.814	Total passivo circulante		33.642.703	7.187.740
Outros ativos circulantes		408.880	454.187	Passivo não circulante			
Total do ativo circulante		101.348.190	53.543.832	Outras provisões -			
Ativo não circulante				- compensação ambiental	13	2.354.673	2.255.207
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	14	490.927	385.546
Ativos de contrato	10	334.603.808	254.912.018	Impostos diferidos	15	25.198.293	18.717.061
Adiantamento a fornecedores		9.244.429	7.166.231	Total passivo não circulante		28.043.893	21.357.814
Outros ativos não circulantes		59.981	25.478	Patrimônio líquido			
Total realizável a longo prazo		343.908.218	262.103.727	Capital social	16.a	272.191.128	197.191.128
Imobilizado		239.877	356.761	Reserva legal	16.b	7.023.752	5.946.012
Intangível		2.067	2.970	Reserva de retenção de lucros	16.c	104.596.876	84.324.596
Total		241.944	359.731	Total do patrimônio líquido		383.811.756	287.461.736
Total do ativo não circulante		344.150.162	262.463.458	Total do passivo e do patrimônio líquido		445.498.352	316.007.290
Total do ativo		445.498.352	316.007.290				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.191.128	5.220.762	70.682.626	-	273.094.516
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.505.018	14.505.018
Constituição de reserva legal (nota explicativa 16.b)	-	725.250	-	(725.250)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.d)	-	-	-	(137.798)	(137.798)
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	-	-	13.641.970	(13.641.970)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	197.191.128	5.946.012	84.324.596	-	287.461.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.554.791	21.554.791
Aumento de capital (nota explicativa 16.a)	75.000.000	-	-	-	75.000.000
Constituição de reserva legal (nota explicativa 16.b)	-	1.077.740	-	(1.077.740)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.d)	-	-	-	(204.771)	(204.771)
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	-	-	20.272.280	(20.272.280)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	272.191.128	7.023.752	104.596.876	-	383.811.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Araraquara") é uma Companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 01 de agosto de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited (TVGIL) com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas. **1.1 Da concessão:** No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo: (i) Linha de Transmissão Araraquara 2. (ii) Araraquara Furnas, C1 e C2, 500 kV, com extensão aproximada de 15 km cada, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara furnas, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 12 km cada devido a características do local em que a linha foi implantada. (iii) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km cada, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 11 km cada devido a características do local em que a linha foi implantada. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$15.463.152 (histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos

cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 34.996.651 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 38.133.043 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Em 15 de julho de 2025, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 estabeleceu a RAP em R\$ 40.161.557 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A receita futuramente aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Reforço:** De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.994/21 e despacho 269/24, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento T2021-032 - SE Araraquara 2 - instalação do primeiro reator de barra 500kV e Implantação de sincronizador no DJ 930, com previsão de conclusão em fevereiro de 2026. A RAP prevista na resolução é de R\$ 2.636.198. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.677/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar o reforço em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, a saber: Alimentação em 13,8 kV para os serviços auxiliares do Elo CC a partir do terciário do ATD 500/440/13,8 kV. Foram emitidos dois Termos de Liberação Definitiva (TL2) pelo ONS em 24 de abril de 2023. São eles o TLDONS0504042023 e o TLDONS05042023. A RAP prevista é de R\$ 7.193.326. De acordo com a Resolução Autorizativa nº 14.805, alterada pela resolução 15.126, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autoriza a Companhia a implantar o reforço, a Instalação do 4º Banco de Autotransformadores 500/440 kV, 3 x 416,67 MVar na SE Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A RAP prevista na resolução é de R\$ 12.998.520, o projeto tem previsão de conclusão em fevereiro de 2026. Fazem parte do escopo os seguintes itens: • Instalação de um banco de

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de construção		99.752.742	1.866.528
Receita de operação e manutenção		16.017.564	15.045.431
Remuneração do ativo contratual		19.757.971	17.296.024
Ajustes de receitas variáveis		1.642.644	5.732.303
Deduções da receita operacional		(6.715.170)	(2.981.686)
Receita operacional líquida	17	130.455.757	36.958.600
Custo de construção		(95.739.237)	(10.698.572)
Custo de operação e manutenção		(9.547.055)	(8.085.176)
Custo da operação e construção	18	(105.286.292)	(18.783.748)
Lucro bruto		25.169.459	18.174.856
Despesas gerais e administrativas	19	(2.642.300)	(2.732.866)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(687.376)	(1.166.274)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas		2.830.163	299.347
Lucro antes do resultado financeiro		24.669.946	14.575.059
Resultado financeiro	20	2.486.082	1.916.395
Receita financeira		2.846.688	2.118.080
Despesa financeira		(360.606)	(201.685)
Resultado antes dos impostos		27.156.028	16.491.454
IRPJ e CSLL correntes	21	(2.635.086)	(1.922.221)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(2.966.151)	(64.215)
Lucro líquido do exercício		21.554.791	14.505.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	21.554.791	14.505.018
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	21.554.791	14.505.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	3
--	------	------------	---



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

autotransformadores monofásicos TR4 500/440-13,8 KV - 3x416,67 MVA na Subestação ARARAQUARA 2. • Instalar, na Subestação ARARAQUARA 2, um módulo de conexão, em 500 kV, para o banco de autotransformadores monofásicos TR4 500/440 kV - 1.250 MVA, arranjo Disjuntor e Meio. • Instalar, na Subestação ARARAQUARA 2, um módulo de conexão, em 440 kV, para o banco de autotransformadores monofásicos TR4 500/440 kV - 1.250 MVA, arranjo Disjuntor e Meio. De acordo com o Despacho 4.916 de 2023, alterado pelo despacho 1.913/2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autoriza a Companhia a implantar o reforço na SE Araraquara 2, com conclusão prevista para maio de 2026, tendo como escopo: • Instalação do 2º banco de reatores de barra 3x66,7 Mvar/460 kV; • Instalação da conexão em 440 kV, arranjo DJM, para o 2º banco de reatores de barra 460 kV - 3x66,7 Mvar, na SE Araraquara 2; • Módulo de infraestrutura 440 kV associado à instalação do 2º banco de reatores de barra monofásico 460 kV - 3x66,7 Mvar, na SE Araraquara 2; • Interligação de Barras 440 kV - DJM devido a instalação do 2º de reatores de barra monofásico 460 kV de 3x66,67 Mvar na SE Araraquara 2. A RAP definida no despacho é de R\$ 5.496.442. **1.4 Revisão Tarifária Periódica:** Em 9 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, a ANEEL homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 7,36%, relativos às receitas RBL, RPEC e RICG e de 24,30%, relativos às receitas de RBNl, RCDM, RMEL e RICGNl. A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência, que é feita

através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **(a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC-26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **(c) Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas ou alteradas, requeridas a partir de 2026, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras que serão: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos		
Aplicações financeiras (i)	31.183.804	20.171.561
Total	31.183.804	20.171.561

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferece uma remuneração média de 101,11% do CDI em 2025 e 101,64% do CDI em 2024. (i) A variação decorre da necessidade de manter parte dos recursos em caixa de curto prazo para suportar as despesas do projeto de reforço previstas para janeiro, fevereiro e março de 2026. **6.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Banco BTG - CDB (i)	20.011.219	
Total	20.011.219	

(i) A variação decorre da otimização do caixa disponível ao final do exercício, sem previsão de utilização nos 90 dias subsequentes. Por esse motivo, os recursos foram transferidos para uma aplicação financeira em CDB com 90 dias prazo (TVM) e com uma taxa mais atrativa de 101,75% do CDI, junto ao Banco BTG. **7.1 Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da companhia, conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos foram contratados para gestão de disponibilidade de caixa, sendo estes aplicados em títulos com vencimentos de curto.

8. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	3.568.140	3.556.530
Vencidas até 30 dias	17.497	101.914
Vencidas até 60 dias	3.144	111.660
Vencidas até 90 dias	2.883	87.991
Vencidas até 180 dias	345.298	161.429
Vencidas até 360 dias	184.047	371.746
Vencidas há mais de 360 dias	1.570.429	858.472
Total (i)	5.691.438	5.249.742
Provisão para Perda de Crédito esperada (PCE) (ii)	(2.033.208)	(1.345.832)
Total contas a receber	3.658.230	3.903.910

(i) As provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Grupo Quintararé, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia, que no encerramento de 2024 eram parcialmente classificados como vencidos até 360 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2025, antigos e novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto, UFV Tabeleiro e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto e UFV Tabeleiro. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constituiu ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constituiu a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(1.345.832)	(179.558)
Reversão	1.613	6.681
Adição	(688.989)	(1.172.955)
Saldo em 31 de dezembro	(2.033.208)	(1.345.832)

8.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construção e operação da linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

9. ALMOXARIFADO

	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado de manutenção e operação	3.829.847	3.471.591
Total	3.829.847	3.471.591

9.1 Política contábil: Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício. O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

10. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	39.813.623	23.201.814
Não circulante	334.603.808	254.912.018
Total	374.417.431	278.113.832

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim apresentada:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	278.113.832	
Receita de construção (i)	95.739.237	
Margem de construção (ii)	4.013.505	
Receita de O&M (iii)	16.017.564	
Receita de remuneração (iv)	19.757.971	
Recebimentos (v)	(39.224.678)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	374.417.431	
Circulante	39.813.623	
Não circulante	334.603.808	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	276.029.770	
Receita de construção (i)	10.698.572	
Margem de construção (ii)	(8.832.044)	
Receita de O&M (iii)	15.045.431	
Receita de remuneração (iv)	17.296.024	
Recebimentos (v)	(32.123.066)	
Adiantamentos de projetos	(855)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	278.113.832	
Circulante	23.201.814	
Não circulante	254.912.018	
(i) Variação refere-se a reforços na Subestação Araraquara 2: REA 14.805/2023 - Instalação do 4º Banco de Autotransformadores 500/440kV, 3x416,67 MVA e Despacho 4.916/2023 - Instalação do 2º banco de reatores de barra 3x66,7 Mvar/460 kV e conexões conforme especificadas na nota explicativa 1.3; (ii) A margem de construção da Companhia foi calculada com base nas condições iniciais de planejamento e execução dos investimentos necessários para o cumprimento das obrigações de performance na data de adoção do modelo de IFRS 15. Esta margem representa os ganhos de eficiência deste planejamento e que são plenamente remunerados pela RAP projetada no modelo e retornam saldo zero ao fim da projeção; (iii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iv) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2025 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual; (v) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. 10.1 Política contábil: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.		

11. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para encerramento de obra (i)	297.386	702.354
Fornecedores relacionados à construção (ii)	27.781.859	2.050.057
Gastos ambientais e fundiários	17.996	24.815
Prestadores de serviços (iii)	307.915	70.842
Fornecedores de imobilizado - operação (iv)	336.874	-
Outros	24.328	160.754
Total	28.766.358	3.008.822

(i) Variação decorrente da quitação da compra de materiais relacionadas ao projeto Subestação Trans de Corrente CTH550. (ii) Aquisição de imobilizado relacionados ao projeto de reforço ATE(RA9677/21) SE AR 2 SAUX AT2 (Alimentação em 13,8 kV para os serviços auxiliares do ELO CC a partir do terciário do AT2 500/440/13,8Kv). (iii) Serviços de vigilância e segurança pagos em janeiro/2026. (iv) Provisão para compra de chave seccionadora.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	864.225	878.965
Provisão de bônus (i)	1.206.213	1.193.241
Outros	205.829	237.592
Total	2.276.267	2.309.798

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

13. PROVISÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

	31/12/2025	31/12/2024
Compensação ambiental (i)	2.354.673	2.255.207
Total	2.354.673	2.255.207

(i) Ao efetuar a construção das linhas de transmissão a Companhia gera uma obrigação de compensar pelos impactos ambientais causados pela obra, assim através do ofício 02001.014748/2013-38 de 2013 foi definido o valor de compensação ambiental e como este saldo deve ser atualizado até sua compensação total, atualmente o índice aplicado para atualização monetária é IPCA-E, conforme definido pela IN 07 do ICMBio. É válido destacar que os órgãos estatais competentes solicitam conforme necessidade a compensação dos saldos. A movimentação do período é decorrente essencialmente da atualização monetária.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constituiu provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	490.927	385.546
Total	490.927	385.546

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	385.546	
Atualizações monetárias	105.381	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	490.927	

Saldo em 31 de dezembro de 2023

	2023
Adições	212.247
Reversões	(49.225)
Atualizações monetárias	67.603
Saldo em 31 de dezembro de 2024	385.546

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza trabalhista cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

continua ★





ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Descrição dos processos de natureza trabalhista

	2025	2024
Número do processo: 0011361-19.2014.5.5.0151	200.212	166.827
Autor: T.M.P.N.		

Situação atual: Processo atualmente no Tribunal Superior do Trabalho com decisão parcialmente favorável à Companhia em primeira e segunda instâncias.

Movimentação do período: Atualização Monetária

Descrição dos processos de natureza trabalhista

	2025	2024
Número do processo: 0100727-02.2021.5.01.0026	290.715	218.719
Autor: R.L.A.		

Situação atual: Processo atualmente no Tribunal Regional do Trabalho aguardando decisão acerca do recurso feito contra decisão da primeira instância.

Movimentação do período: Atualização monetária e mudança de prognóstico de possível para provável decorrente de decisões desfavoráveis.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais (i)	6.745.760	13.646.101
Trabalhistas (ii)	165.826	-
Tributário	232	-
Total	6.911.818	13.646.101

(i) Processos ambientais: A Companhia foi autuada administrativamente em 2012 por, supostamente, ter desatendido a uma das condicionantes da Licença de Instalação nº 704/2010, o que caracterizaria infração ao art. 66, parágrafo único, inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008, discutido no processo administrativo 02027.001143/2012-16 no valor de R\$ 6.009.306 em 31/12/2024 e de R\$ 6.745.760 em 31/12/2025 que tramita junto ao IBAMA, e o valor é discutido ainda na fase administrativa, sem assunção por parte da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na fase administrativa junto ao IBAMA. O decréscimo de valor em relação ao ano anterior é devido ao encerramento, em agosto de 2025, do processo administrativo 02027.001141/2012-19 no valor de R\$ 7.636.795; **(ii) Processos trabalhistas:** Referem-se a 2 (dois) processos trabalhistas, ajuizados em 2025, por ex-empregados de terceiros: (A) o processo nº 0010805-78.2025.5.15.0006, no valor de R\$91.263 movido por ex-funcionário da Sendi Engenharia, que prestou serviços de armador na Subestação Araraquara 2, com os seguintes requerimentos: (i) horas extras laboradas e não pagas; (ii) indenização em razão da supressão do intervalo intrajornada; (iii) indenização em razão do acúmulo de função por tábem ter se ativado na função de pedreiro e eletricitista; (iv) adicional de insalubridade e reflexos; (v) danos morais em razão das más condições de trabalho; e (vi) responsabilidade subsidiária da Araraquara. Aguarda audiência de instrução e julgamento a ser realizada em fevereiro de 2026; e (B) processo nº 0011315-44.2025.5.15.0151, no valor de R\$ 74.563, movido por ex-funcionário da EFP Segurança Privada Ltda., que prestou serviços de vigilância na SE Araraquara, com os seguintes requerimentos: (i) reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho; (ii) pagamento de verbas rescisórias FGTS multas; (iii) horas extras; (iv) dano moral em razão do atraso no pagamento dos salários; e (v) responsabilidade subsidiária da Araraquara. **14.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
IR e CSLL diferidos	11.532.057	8.565.906
IR Diferido	7.488.349	5.562.277
CSLL Diferida	4.043.708	3.003.629
Outros impostos diferidos - Passivo	13.666.236	10.151.155
Outros impostos diferidos (i)	13.666.236	10.151.155
Total	25.198.293	18.717.061

(i) Em decorrência da Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2024, que passa a vigorar em fase de transição em 1º de janeiro 2026, com implantação gradual até 2033. A partir de 1º de janeiro de 2027, os tributos PIS e COFINS, serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), tributo não cumulativo e de base ampla. Até que a legislação pertinente defina a alíquota efetiva da CBS, a Administração avaliou o tema e optou por manter os saldos desses tributos, classificados como "Outros tributos diferidos" e apresentados no passivo de longo prazo nessas demonstrações financeiras. Os ajustes necessários serão realizados após definição normativa da CBS, assegurando que os efeitos sejam refletidos de forma adequada no modelo contábil do ativo contratual. Adicionalmente, a Administração está avaliando os impactos sobre o gross up da receita conforme CPC 47 bem como potenciais reflexos sobre o fluxo de recebimento do ativo contratual. **15.1 Política contábil:** O diferimento do IRPJ e da CSLL é relativo ao ativo contratual. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 272.191.128 e R\$ 197.191.128 respectivamente, dividido em 272.191.128 e 197.191.128 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A Companhia, em 01 de dezembro de 2025, aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 25.000.000, passando de R\$ 247.191.128 para R\$ R\$ 272.191.128. A Companhia, em 01 de outubro de 2025, aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 20.000.000, passando de R\$ 227.191.128 para R\$ 247.191.128. A Companhia, em 15 de agosto de 2025, aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no montante de R\$ 30.000.000, passando de R\$ 197.191.128 para R\$ 227.191.128. O aumento foi realizado mediante a emissão de 30.000.000 de novas ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, subscritas e integralizadas na data da ata, conforme disposto nos artigos 166 e 182 da Lei nº 6.404/1976. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2025	2024
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	100%
Total	100%	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 104.596.876 e R\$ 84.324.596 respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), o saldo das reservas de lucros não poderá exceder o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social, ou ainda na distribuição de dividendos. Nesse contexto, caso esse limite venha a ser atingido, a Administração avaliará as alternativas previstas na legislação e adotará as medidas cabíveis para destinação do eventual excesso, em conformidade com a Lei das S.A. Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia não apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	21.554.791	14.505.018
Reserva legal (5%)	(1.077.740)	(725.250)
Base de cálculo para os dividendos	20.477.051	13.779.768
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	204.771	137.798

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais que foram pagos ao longo de 2025 e 2024 conforme demonstrado abaixo:

	Data aprovação	Pagamento em 2025	Pagamento em 2024
Órgão aprovador	04/04/2024	-	220.616
AGO	15/04/2025	137.798	-
AGO		137.798	220.616

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	137.170.921	39.940.286
Receita de construção (i)	99.752.742	1.866.528
Receita de operação e manutenção (ii)	16.017.564	15.045.431
Remuneração do ativo de contrato (iii)	19.757.971	17.296.024
Outras receitas (iv)	1.642.644	5.732.303
Deduções da receita operacional	(6.715.170)	(2.981.686)
PIS e COFINS correntes	(1.493.875)	(1.381.531)
Outros impostos diferidos (iv)	(3.515.081)	(76.100)
RGR (Reserva Global de Reversão)	(1.184.296)	(1.038.135)
P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)	(376.480)	(349.920)
TFSEE (Taxa de Fiscalização)	(145.438)	(136.000)
Receita Operacional Líquida	130.455.751	36.958.600

(i) Variação refere-se a reforços na Subestação Araraquara 2: REA 14.805/2023 - Instalação do 4º Banco de Autotransformadores 500/440kV, 3x416,67 MVA e Despacho 4.916/2023 - Instalação do 2º banco de reatores de barra 3x66,7 Mvar/460 kV e conexões conforme especificadas na nota explicativa 1.3. (ii) Variação refere-se à receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração; (iv) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual; (v) PIS e COFINS diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. A variação é devido ao aumento da receita de construção referente à implementação de projetos de reforços conforme especificadas na nota explicativa 1.3. **17.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os custos são incorridos e acrescidos da margem de construção calculada com base nas melhores estimativas da Companhia ao desenvolver o modelo inicial de Ativo Contratual. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção é calculada como o valor que zera o ativo contratual ao final da concessão; **(b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(c) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(d) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidentes sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

18. CUSTO DA OPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de construção (i)	(95.739.237)	(10.698.572)
Equipamento	(57.777.461)	(2.341.460)
Serviço de terceiros	(37.961.776)	(8.357.112)
Custo de operação e manutenção	(9.547.055)	(8.085.176)
Pessoal	(5.599.774)	(5.257.149)
Material	(584.661)	(483.903)
Serviços de terceiros	(1.205.462)	(879.854)
Arrendamentos e aluguéis	(79.196)	(40.776)
Seguros	(183.880)	(180.993)
Custo de operação e manutenção (ii)	(1.255.847)	(641.387)
Gastos diversos	(638.235)	(601.114)
Total	(105.286.292)	(18.783.748)

(i) Variação refere-se a reforços na Subestação Araraquara 2: REA 14.805/2023 - Instalação do 4º Banco de Autotransformadores 500/440kV, 3x416,67 MVA e Despacho 4.916/2023 - Instalação do 2º banco de reatores de barra 3x66,7 Mvar/460 kV e conexões conforme especificadas na nota explicativa 1.3. (ii) Variação devido à implementação de projeto de melhoria - Retrofit do Sistema de Proteção e Controle nas subestações Araraquasra 2 500/440kV, Araraquara Furnas 500kV e Araraquara CTEEP 440kV.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.838.467)	(1.571.917)
Material	(99.566)	(67.477)
Serviços de terceiros	(355.775)	(581.810)
Arrendamentos e aluguéis	(135.343)	(123.915)
Provisão	-	(163.022)
Tributos	(7.348)	(22.796)
Depreciação e amortização	(19.353)	(30.218)
Outras	(186.448)	(171.711)
Total	(2.642.300)	(2.732.866)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira	2.846.688	2.118.080
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.808.448	2.107.109
Outras	38.240	10.971
Despesa financeira	(360.606)	(201.685)
Outras	(360.606)	(201.685)
Resultado financeiro	2.486.082	1.916.395

(i) Variação decorrente da maior disponibilidade de caixa ao longo do período, para maiores detalhes vide nota 6.

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta (8%) (i)	40.928.074	37.850.154
Receita bruta (32%) (ii)	3.904.459	1.346.893
Base de cálculo (8%)	3.274.246	3.028.012
Base de cálculo (32%)	1.249.427	431.006
Outras receitas	2.863.813	1.864.396
Base de cálculo	7.387.486	5.323.414
IR devido	(1.822.871)	(1.306.854)
(+) IR diferido/outros	(1.926.072)	(41.698)
Total de IRPJ	(3.748.943)	(1.348.552)
31/12/2025	31/12/2024	
Receita bruta (12%) (i)	40.928.074	37.850.154
Receita bruta (32%) (ii)	3.904.459	1.346.893
Base de cálculo (12%)	4.911.369	4.542.018
Base de cálculo (32%)	1.249.427	431.006
Outras receitas	2.863.813	1.864.396
Base de cálculo	9.024.609	6.837.420
CSLL devida	(812.215)	(615.367)
(+) CSLL diferido/outros	(1.040.799)	(22.517)
Total de CSLL	(1.852.294)	(637.884)
Total de IRPJ/CSLL	(5.601.237)	(1.986.436)
Total IRPJ/CSLL corrente	(2.635.086)	(1.922.221)
Total IRPJ/CSLL diferido (iii)	(2.966.151)	(64.215)

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP. (ii) As receitas de CCT e CCI estão sendo tributadas mediante a aplicação da alíquota de presunção de 32% para IRPJ e CSLL. (iii) Variação refere-se aos novos reforços conforme mencionado na nota explicativa 1.3. **21.1 Política contábil:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. A base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos é

determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre o ativo contratual, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 25%, e de 9% de CSLL.

22. PARTES RELACIONADAS

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
22.1 Ativo		
Contas a receber - partes relacionadas	1.967.216	1.853.717
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	1.965.628	1.841.635
Intercompany SPTE - Pagamento de impostos	8	-
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	1.580	8.463
Intercompany PCTE - Despesas de pessoal	-	3.619
22.2 Passivo		
Fornecedores - partes relacionadas	560.840	247.744
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	491.903	227.169
Serviços de engenharia - SGSE	2.155	-
Intercompany SGBH - Aluguel	10.269	9.000
Intercompany Matrinchã - Despesas de pessoal	10.425	10.425
Intercompany MRTE - Despesas de pessoal	44.534	-
Intercompany XRTE - Despesas de pessoal	1.554	-
Intercompany SGBH - Despesas de seguros	-	1.150
Intercompany ETIM - Pqto. de impostos	-	-
Dividendos a pagar - SGBH	204.771	137.798
22.3 Resultado		
Resultado - partes relacionadas	6.408.681	5.619.031
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	6.523.948	5.727.031
Despesa aluguel	(115.267)	(108.000)

(i) Em setembro de 2017, o Grupo celebrou o 1º contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas com o objetivo de racionalizar e simplificar a estrutura administrativa entre as empresas do grupo, bem como cumprir o regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 948 em 16 de novembro de 2021. As despesas relacionadas aos recursos humanos compartilhados, assim como a infraestrutura associada, são alocadas proporcionalmente entre as companhias participantes, de acordo com o critério regulatório de rateio estabelecido em contrato, mediante emissão de notas de débito trimestrais entre as companhias envolvidas. Em junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.718, a ANEEL autorizou a inclusão da empresa STE no cálculo do rateio da Regional Centro por meio do 4º contrato de compartilhamento de infraestrutura administrativa e de recursos humanos. **22.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	(240.199)	(221.454)
Benefícios diretos e indiretos	(39.015)	(48.690)
Encargos		



ARARAQUARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2025 é:

Caixa e Equivalentes de caixa	31.183.804
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	3.658.230
Contas a receber de partes relacionadas	1.967.216
Total da exposição	36.809.250

Os riscos de créditos relacionados as Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (provisão para perda de crédito esperada) vide **nota 4.5**. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Moody's:

AA	31/12/2025	31.183.804
Total da exposição	31/12/2025	31.183.804

e. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2025						
Fornecedores terceiros	28.766.358	28.766.358	28.766.358			
Fornecedores partes relacionadas	560.840	560.840	560.840			

23.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **• Baixa de ativos financeiros** - A baixa

(desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo em 31/12/2025 refere-se ao montante total de R\$ 35.377.937. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
		Contrato EPC - Serviço Auxiliar	11/02/2022	126.622
ATE-PM-2021-5523	Sendi	EPC	13/09/2024	5.234.662
ATEPM2024ABKV	POWERCHINA	Siget	08/11/2023	8.101
ATEPM2023A471	E-GUANA	ATR	11/07/2024	20.401.635
ATEPM2024AB45	XD	Engenharia	11/09/2024	352.203
ATEPM2024ABL5	CONCREMAT	EPC	14/10/2024	5.952.765
ATE-PM-2024- ABLZ	SENDI	SIGET	22/05/2024	5.828
ATE-PM-2024-AANU	E-GUANA	Reator	11/10/2024	3.126.173
ATE-PM-2024-ABLP	WEG	Engenharia	11/09/2024	165.923
ATE-PM-2024-ABLJ	CONCREMAT	EPC	05/11/2024	4.025
ATEPM2024ABZZ	SENDI			
Total				35.377.937
Cronograma de vencimento				Em R\$
2026				33.895.366
2027				506.602
2028 em diante				975.969
Total				35.377.937

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Yusheng Wang
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Araraquara Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis da Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Companhia para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.**

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

